
**POR UMA HISTÓRIA SOCIOAMBIENTAL: NOVOS OLHARES E NOVAS
ABORDAGENS PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DA
HISTÓRIAⁱ**

Gabriela Barbosa de Soutoⁱⁱ
Raíssa Barbosa da Costaⁱⁱⁱ
José Otávio Aguiar (Orientador)

Introdução

As questões ambientais que se mostram tão presentes são suscitadas pelas conseqüências das ações humanas no meio. Ainda que o ambiente em questão seja o urbano, as mudanças, usos e abusos do homem têm o poder de alterar o todo, e isto foi percebido mais vigorosamente a partir da década de 1960, momento no qual o planeta sofre com alguns desastres ambientais, assim como a queda na qualidade de vida, suscitada principalmente com a obra *Silent Spring (Primavera Silenciosa)* publicada em 1962 e de autoria da jornalista e bióloga Rachel Carson que chamava atenção para o uso excessivo de produtos químicos e sua repercussão diretamente na natureza (RUY, 2004). Tudo isso deu início a uma mobilização geral sentida tanto no âmbito político quanto social.

Na década seguinte, tomamos conhecimento de encontros a níveis internacionais que objetivavam discutir as questões ambientais mais detidamente. Percebemos isto com a Conferência de Estocolmo (1972), onde foi apontada pela primeira vez que uma educação ambiental seria uma estratégia eficaz para o uso consciente e equilibrado do meio. Em 1975, com a Carta de Belgrado que preconizou as fundamentações para um programa mundial de educação ambiental, e dois anos mais tarde com a Conferência de Tbilisi que chamou atenção para o uso que o homem fez da natureza anteriormente que levou a um desequilíbrio, apenas para mencionar alguns deles (RUY, 2004). Os movimentos em torno do meio ambiente não estacionaram, pelo contrário, nos anos que se seguiram muito foi debatido a respeito, mas parece-nos que nem tudo que foi discutido foi posto em prática, visto que os problemas ambientais têm se agravado, revelando-nos que ainda há muito que se trabalhar em termos de conscientização.

Tendo consciência da importância sem precedentes das questões ambientais, especialmente no contexto de nossa contemporaneidade, e nos atentando para o fato de que

enfrentamos sérios problemas com a educação ambiental devido principalmente a não efetivação das políticas públicas educacionais, buscamos refletir em como é possível aliar o ensino da história à educação ambiental, uma vez que a última permite os mais variados diálogos por sua essência interdisciplinar.

Com base nisso, procuramos desenvolver o presente artigo em torno de como é possível aliar a educação ambiental ao ensino da história, e, partindo da hipótese de que ao abordar uma história ambiental somada à interdisciplinaridade que uma educação ambiental exige, objetivamos, por meio de uma pesquisa dedutiva, mostrar que é possível e viável a adoção da educação ambiental na história que é ensinada nas escolas, e mais, que a preparação de professores e educadores para o mesmo não é impossível. Destacaremos aqui a proposta do MEC com seus Parâmetros Curriculares Nacionais, no que diz respeito à nossa temática, trazendo apontamentos de como o mesmo vê e sugere ao professor que adote a educação ambiental nas escolas públicas, assim como os resultados de outras pesquisas e conclusões as quais tivemos acesso por meio de artigos e livros.

As questões ambientais e o ensino

Todos aqueles movimentos acerca de questões ambientais chegaram ao ambiente acadêmico, alcançando não só as ciências mais voltadas à natureza (tal qual a Biologia ou Química), como também as ciências sociais (ou humanas). Dentro da proposta de Educação Ambiental que vai emergir, vemos sua essência interdisciplinar e sua funcionalidade dentro e fora das academias e das escolas. Um grande problema vem sendo enfrentado desde então, que é a formação dos professores de educação ambiental. TANNER (1978) já aponta vários problemas nas tentativas de se abordar um ensino integrado às disciplinas preexistentes no currículo escolar, assim como o preparo inadequado dos educadores pode interferir negativamente no processo. Outro fator levantado por TANNER é acerca da abordagem feita sobre as questões ambientais, que podem tornar-se tristes, levando ao sentimento de perda e causando um negativismo conquanto ao futuro do meio ambiente e do próprio homem, e novamente chamamos atenção para o preparo do educador que deve ser capaz de mostrar que há soluções e motivar os alunos a preservar o meio, urbano ou “natural”.

O mesmo problema nos é mostrado por EFFTING (2007) quando nos mostra que mesmo sendo a escola um espaço privilegiado onde devemos encontrar os meios para a compreensão dos fenômenos naturais e as conseqüências das ações humanas ligadas ao meio,

e que tem, segundo os preceitos da educação ambiental, de sensibilizar os alunos quanto à convivência harmônica e de analisar criticamente o que vem sendo feito de prejudicial, construindo uma postura de cidadania para então mudar os comportamentos persistentes. Porém, uma série de dificuldades é enfrentada para que se tenha uma educação ambiental efetivada nas escolas, desde o tamanho que estas apresentam, até a quantidade de alunos e professores, assim como a predisposição destes para se tornarem educadores ambientais aptos a exercer seu papel de mediador nas transformações almeçadas, como também da vontade dos dirigentes para comportarem tais alterações. Outras ainda são apontadas, como a procura por alternativas metodológicas para fazer de um enfoque disciplinar algo indisciplinar, a barreira da estrutura curricular e a sensibilização do corpo docente para a mudança (OLIVEIRA, 2000 apud EFFETING, 2007). SORRENTINO (2005) trás preocupações e apontamentos semelhantes quando nos diz que a construção da Educação Ambiental como política pública implica em processos de intervenção direta, de regulamentação e contratualismo que fortalece articulação de atores sociais distintos, de capacidade de desempenhar gestão territorial sustentável e educadora, na formação de educadores ambientais entre tantas outras medidas que visam por em vias de fato a educação ambiental como algo funcional, especialmente dentro da realidade da educação brasileira, ainda que vejamos o empenho do Ministério da Educação e Cultura junto ao Ministério do Meio Ambiente, articulando na formação de educadores ambientais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que dispomos foram elaborados no ano de 1998, e trás sob o nome de *Temas Transversais a Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde, Orientação Sexual* e por fim, *Trabalho e Consumo*, indicando metodologicamente a inclusão dos mesmos no currículo e na didática. A justificativa usada para a escolha desses temas é a emergência social, a abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem assim como a possibilidade dos alunos se posicionarem diante da sociedade, exercitando seu dever de cidadania. Dito isto, podemos nos concentrar no eixo condizente com nossa temática. As páginas dedicadas ao meio ambiente são divididas em dois momentos e conta com três anexos, nos quais são apresentados em breves palavras o debate sobre EA nos encontros mundiais, os princípios da mesma estabelecidos em Tbilisi (1977) e os conceitos fundamentais na problemática ambiental. A fim de chegar ao nosso foco que é a educação ambiental diretamente conectada com a história ambiental,

acreditamos ser interessante mostrar como a História é tratada e mencionada dentro do PCN, dentro de uma breve síntese.

Ao iniciar com a contextualização das questões ambientais, suscitando a crise mundial e também civilizatória, trazendo conceitos e o debate que vem sendo travado desde aquelas conferências que mencionamos no início deste artigo, foi feito um caminho semelhante ao nosso para chegar então à segunda parte, que traz os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula dos alunos do 6º ao 9º anos (como são reconhecidos atualmente os alunos da 5ª a 8ª séries do ensino fundamental). É nesta parte que nos concentraremos. O PCN apresenta de início duas dificuldades para a seleção dos conteúdos: a primeira delas é a complexidade do tema, muito abrangente, e a outra é a diversidade da realidade brasileira. Uma solução apresentada é a adoção de temas mais gerais que permitam trabalhar as especificidades locais sem se perder do todo, fazendo aquilo que é a proposta principal da EA: conscientizar para mudar as relações do homem com o meio.

Dessa maneira, três blocos de conteúdos foram elencados: a natureza “cíclica” da Natureza, onde se acredita ser possível conhecer mais profundamente a dinâmica das interações que acontecem nela; a sociedade e o meio ambiente, onde há ênfase para as distintas formas e conseqüências ambientais da organização (e também relação) dos espaços pelos homens; e manejo e conservação ambiental, que mostra as variadas possibilidades de interferências dos homens sobre o ambiente, destacando suas conseqüências. Dentro desses blocos, podemos contabilizar as vezes em que a História aparece como disciplina a dar suporte aos conteúdos, maior parte contida no primeiro bloco.

Ao buscar compreender a vida, nas escalas geológicas de tempo e espaço, a História aparece como a área em que “é possível quando se debatem as questões pertinentes às explicações sobre a origem do mundo e do ser humano, as várias organizações socioculturais criadas pelos seres humanos e suas relações com os ciclos naturais” (PCN, 1998, pág.207). Partindo disso, ao analisar as alterações dos fluxos ou ciclos naturais em situações mais concretas, a exemplo das relações alimentares como base da dinâmica de qualquer ambiente, vemos sugerido como possibilidade o estudo do convívio das sociedades com a natureza, onde essas relações tornam-se verificáveis. Ainda explorando esse conhecimento de outras interpretações das mudanças no meio, outras áreas como Geografia, Artes e Educação Física são mencionadas junto com História como espaços de possibilidades de discussão quando se buscar trabalhar com diferentes culturas e suas relações com os vários espaços em que vivem.

Na segunda blocagem, a História é mencionada explicitamente uma vez, como meio de permitir ao aluno “além de explorar os aspectos técnicos (...) entenda quais as relações histórico-sociais em que se dá a intervenção humana na natureza” (PCN, 1998, pág. 213). Concordamos que estes são caminhos positivos de se pensar a própria História como uma ciência para além das datas e nomes a serem decorados e reproduzidos, mas, especialmente na segunda blocagem, dedicada ao estudo da relação entre meio e sociedade, falta apontar outros aspectos para explorar a História e suscitar debates. Somente os dois primeiros blocos de conteúdos citam a História como disciplina que pode enriquecer o conhecimento, e podemos pensar: será apenas este o âmbito no qual a História atua?

Percebemos que antigamente prevalecia dentro da História um estudo onde o ambiente, fosse ele o urbano ou rural, encontrava-se em segundo plano, como se o mesmo não fizesse diferença nos fatos históricos ou sociais. A maioria dos pensadores sociais dos séculos XVIII, XIX e da primeira metade do século XX corroborou em seus estudos uma tendência para a compartimentação entre os saberes que envolvem o homem, as chamadas ciências humanas, e os que concernem ao mundo biológico e geológico, as ciências naturais. Nos termos de Durkheim, fatos sociais só podem ser explicados por outros fatos sociais. Sociólogos norte-americanos como W. Catton e R. Dunlap, como nos lembra José Augusto Drumond (1991), adotaram um paradigma caracterizado pela idéia da imunidade humana (*human exceptionalism paradigm*) aos diversos fatores do mundo natural. Sociedade e Cultura humanas só poderiam ser decodificadas com base em seus próprios dados, em sua própria clausura.

A História Ambiental, ou como alguns preferem denominar, Socioambiental, passa a ver o homem como parte da natureza, um indivíduo que sofre influências do seu meio assim como o transforma. Contudo é necessário esclarecer que esta relação da natureza com o homem na visão histórica passa longe das idéias do determinismo geográfico, neste, o meio exerceria uma influência direta no homem, que por sua vez, seria condicionado e determinado pelo primeiro. O que queremos mostrar é que os fatos sociais estão relacionados com o ambiente nos quais ocorrem, deste modo o estudo do ambiente se torna uma nova fonte de pesquisa para a história já que mostra as relações entre natureza e outros âmbitos seja cultura, sociedade, economia, política, etc.

Um historiador ambiental deve analisar a inter-relação de fatores vários como a paisagem, a tecnologia, a economia, a organização social e política, as representações

simbólicas, etc. As paisagens, por exemplo, podem ser estudadas e comparadas em diferentes momentos para a avaliação de suas modificações pela ação humana ou por elementos naturais independentes dela. Elementos da paisagem como relevo, solo, hidrologia, clima e fauna permitem trabalhá-la como um documento a ser lido com o auxílio das ciências naturais.

Regina Horta Duarte (2005) nos lembra a importância do estudo histórico voltar-se de forma sistemática e minuciosa a questão ambiental, ressaltando ainda como esta nova perspectiva liga-se ao tempo presente e aos homens do presente, servindo a estes em seu debate histórico. Outros autores, além de Duarte, já haviam se debruçado sobre esta perspectiva histórica, como Martins (1997) que realizando uma apresentação desta, deixa o leitor ciente dos objetivos da História Ambiental, ao mesmo tempo em que indica algumas de suas particularidades e aponta as linhas de diálogo com âmbitos da pesquisa histórica, como também de outras disciplinas das ciências humanas e até mesmo naturais, que possam contribuir na investigação sobre as interações entre sociedades e ambientes, enfatizando a interdisciplinaridade contida neste ramo da História.

Seria então os estudos históricos ligados as questões ambientais que tornaram inteligíveis tais problemáticas acerca do meio, tão presentes em nos diferentes âmbitos da sociedade, e em diferentes sociedades. Seria uma história socioambiental que poderiam realizar, ou melhor, auxiliar o professor de história na prática da interdisciplinaridade em suas aulas, possibilitando a construção de uma consciência ambiental, associada a outras muitas consciências como a política e econômica.

Conclusão

Tendo consciência da importância sem precedentes das questões ambientais, especialmente no contexto de nossa contemporaneidade, e nos atentando para o fato de que enfrentamos sérios problemas com a educação ambiental devido a não efetivação das políticas públicas educacionais (SORRENTINO, 2005), buscamos unir no presente artigo a educação e a história ambiental, frisando a importância da função da história para o debate das questões ambientais. Ao estudar o passado a partir das interações entre natureza e cultura (homem), abre-se uma gama de possibilidades para a compreensão das diferentes formas e das transformações significativas que ocorreram no ambiente e que vieram acompanhadas de consequências, sejam elas positivas ou negativas. Essa questão dos

problemas ambientais já vem de longa data, e por esta razão deve ser estudada e discutida, pois o que foi sinônimo de progresso para a civilização não veio gratuitamente.

Entendemos que a Educação Ambiental surge como meio mais eficiente para a ruptura e transformação dos paradigmas atuais, nos quais o consumismo, os problemas ambientais e o conformismo social se apresentam como obstáculos para a preservação e zelo do meio ambiente. Por muito tempo a definição de Educação Ambiental foi motivo de discussão, por ter um caráter multidisciplinar e poder ser ensinada a qualquer nível escolar. McInnis, um dos pioneiros da Educação Ambiental, sentia que a raiz do dilema ambiental reside no fato de não termos aprendido a pensar ecologicamente (construção de uma cidadania ativa e do sentimento de co-responsabilidade), e aí a educação ambiental seria caracteriza não por uma disciplina, mas pelo procedimento usado em todas as disciplinas (TANNER, 1978). Dito isto, vemos que há uma necessidade iminente da adesão de um ensino ambiental, primeiro por parte dos dirigentes, para incentivarem os docentes e que estes incorporem a educação ambiental e as discussões acerca das questões ambientais para que rompamos com os paradigmas atuais, conscientizando alunos e comunidades a preservarem o meio.

Alguns programas como a *Conferência Infato-Juvenil pelo Meio Ambiente*^{iv}, proporcionada pelo MEC e MMA, mobilizam um grande número de estudantes para promoção de debates, busca de soluções, entre outras medidas que visam construir um processo permanente de educação ambiental nas escolas, a exemplo da *Carta das Responsabilidades para o Enfrentamento das Mudanças Ambientais* elaborada na terceira Conferência, ou ainda criação de sites, que permitam que as delegacias criadas na Conferência possam dialogar e realizar mudanças nas comunidades locais. Este é apenas um exemplo do que vem acontecendo no Brasil, mas muito ainda pode e deve ser feito.

Em suma, a educação ambiental é interdisciplinar em sua essência. Ela é funcional dentro e fora das escolas, onde embora o ensino esteja formalizado ainda encontre resistência. Nesta formalização, para além da própria disciplina escolar em seu caráter interdisciplinar, ao introduzi-la em outras matérias, e no caso particular do ensino da história nos faz pensar nas relações construídas ao longo do tempo entre o homem e o meio (que por muito ficou como segundo plano) e dessa maneira, conscientizar os alunos a respeito dos métodos de manipulação do mesmo. Acreditamos que o primeiro passo seja conscientizar para educar, destarte seria o ensino de uma história ambiental um caminho para a conscientização.

Notas

ⁱ Este artigo é resultado da pesquisa desenvolvida no decorrer da disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus, durante o semestre 2010.1 da Universidade Federal de Campina Grande.

ⁱⁱ Aluna de Graduação do curso de História da Universidade Federal de Campina Grande.
(gabiamykika@gmail.com)

ⁱⁱⁱ Aluna de Graduação do curso de História da Universidade Federal de Campina Grande, bolsista do PIBIC/CNPq – UFCG. (raissabcosta@gmail.com)

^{iv} Saiba mais sobre a Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente no site
<<http://www.mma.gov.br/conferenciainfantojuvenil/>>

Referências Bibliográficas

CAMPOS, Marília Menezes Freitas de. **Educação ambiental e paradigmas de interpretação da realidade**. 2000. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DUARTE, Regina Horta. **História e Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**.

In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 4(8), 1991, p.177-197.

EFFTING, Tânia Regina. **Educação Ambiental nas Escolas Públicas: Realidade e Desafios**.

Marechal Cândido Rondon, 2007. Monografia (Pós Graduação em “Latu Sensu”

Planejamento Para o Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias,

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon, 2007.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e meio-ambiente**. São Paulo: Faculdades Pedro Leopoldo, 1997.

Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas

transversais /Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

RUY, Rosimari A. Viveiro. **A Educação Ambiental na Escola**. Revista Eletrônica de

Ciências - Número 26 - Maio de 2004. Disponível em: <

http://www.cdcc.usp.br/ciencia/artigos/art_26/eduambiental.html#andrade > Acesso em: 14 mar. 2010

SORRENTINO, Marcos et al. **Educação ambiental como política pública**. *Educ. Pesqui.*

[online]. 2005, vol.31, n.2, pp. 285-299. ISSN 1517-9702. doi: 10.1590/S1517-

97022005000200010. Disponível em: <

<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ep/v31n2/a10v31n2.pdf> > Acesso em: 18 mar. 2010

TANNER, R. Thomas. **Educação Ambiental**. Tradução: George Schlesinger; Revisão e

prefácio: Mário G. Ferri. – São Paulo: Summus: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.